DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS ACTUAIS

António Custódio Gonçalves*

Resumo: Associando os domínios da história e da antropologia africanistas e conjugando as reflexões teóricas com estudos de caso na África subsaariana, analisam-se, em primeiro lugar, as relações necessárias entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social e cultural e, igualmente, alguns efeitos perversos de uma concepção desenvolvimentista de matriz ocidental. Propõem-se, em seguida, questionamentos sobre as novas-velhas problemáticas sociais e políticas das identidades étnicas e culturais e das suas representações. Por fim, analisa-se a gestão política da heterogeneidade étnica e cultural, nomeadamente quanto à (re)construção de processos de identificação e reivindicação étnica do poder e quanto à recomposição das relações entre a sociedade global e o Estado, referentes aos desafios de democratização.

Palavras-chave: identidades étnicas e culturais, desenvolvimento, poder difuso e Estado.

Introdução

As temáticas das identidades culturais e étnicas, dos nacionalismos, do Estado, das transições democráticas, associadas às dinâmicas do desenvolvimento, continuam a dominar profundamente as sociedades e os poderes na África subsaariana. Assiste-se, um pouco por todo o lado em África, à persistência de políticas e conflitos étnicos, aos apelos aos sentimentos étnicos sob uma forma de mani-

* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Faculdade de Letras

pulação das eleições e de acesso fácil ao poder. Os principais efeitos induzidos por estas práticas são o ressurgimento da etnicidade, a politização e o recurso aos poderes governamentais para promover a concorrência inter-étnica, com a inevitável multiplicação da espiral de conflitos inter-étnicos, tidos como constitutivos dos sistemas sociais locais e motores das regulações recorrentes dos fenómenos políticos.

Como explicar este retorno das identidades culturais e étnico-nacionais? Qual é o papel das instituições do Estado e da sociedade civil na continuidade ou no ressurgimento destas identidades, na liberalização política ou na construção da cultura democrática? Como elucidar a questão da construção da democracia e explicar os conflitos induzidos pelas transições democráticas e o revitalização das sociedades pluriculturais e pluriétnicas?

Relativamente à análise destas questões, os contributos recentes da antropologia e da sociologia por parte de especialistas em questões africanas revelam-se importantes, sobretudo pelo questionamento de algumas visões etno e socio-cêntricas da história e das mutações em África, pelas rupturas epistemológicas nos modelos conceptuais e teóricos. O contributo das ciências sociais num domínio tão sensível e complexo como este, afigura-se necessário, na medida em que pode projectar nova luz sobre as dinâmicas socio-políticas dos processos de identificação e de reinvindicação étnica do poder, sobre a questão da construção das democracias e explicar e também, numa perspectiva da sociologia da acção e da intervenção, prevenir os conflitos induzidos pelos afrontamentos inerentes ao reforço da dimensão pluricultural e pluri-étnica das sociedades africanas.

Casos como Angola, Ruanda e Burundi, Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa, entre outros, são exemplos particularmente significativos relativamente às questões da ambivalência étnica, das ambiguidades do Estado e dos fenómenos políticos da heterogeneidade étnica e cultural, segundo processos de pertenças clânicas ou territoriais, com acentuações maximalistas ou minimalistas do clientelismo.

O objectivo principal deste artigo é mostrar que as dinâmicas do desenvolvimento estão ligadas a identidades e alteridades e que, ao contrário das perspectivas de análise essencialistas e nacionalistas, subjacentes às estruturas rígidas, fixistas e lineares, devem ser analisadas numa perspectiva histórica como processos e como estratégias.

1. Problemáticas sociais e culturais do desenvolvimento

1.1.Relação necessária entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social e cultural.

O despertar das identidades culturais que esteve na origem da eclosão de resistências activas no seio das sociedades da periferia ou da semi-periferia do desenvolvimento e a denúncia dos efeitos perversos de uma concepção desenvolvimentista de matriz ocidental contribuíram para a erradicação do conceito determinista, linear e unívoco do desenvolvimento e, consequentemente, para a emergência de novas problemáticas e análises, sem dogmatismos ou hierarquias redutoras entre as sociedades industrializadas e as sociedades em vias de desenvolvimento.

A debilidade económica estrutural, a instabilidade política e a marginalização de alguns países africanos na política internacional estiveram associadas a várias modalidades significativas do discurso do poder tradicional sobre o desenvolvimento económico e tecnológico. Permito-me salientar três destas formas. Uma delas apresenta-se como crítica ideológica da dominação dos países mais desenvolvidos em relação aos países em vias de desenvolvimento. Este discurso, incarnado pela Nova Ordem Económica Internacional, destaca os efeitos desestruturantes da absorção incondicional da tecnologia e da racionalidade económica. Uma outra forma, para consumo interno nacional, é constituída pelo discurso culturalista da autenticidade, que dá a ilusão ao povo que o desenvolvimento proposto é compatível com as suas raízes culturais e que o "*imperialismo da racionalidade económica*" é adequado ao sistema normativo de valores. Uma terceira forma de discurso assenta no conceito de "*self-reliance*", ou seja, de autarcia e de confiança nas próprias forças, dispondo embora de pouco poder real ou virtual por via da dependência.

Estas três formas de discurso, incarnadas nas políticas de desenvolvimento, inscrevem-se numa óptica evolucionista que considera o objectivo do desenvolvimento, entendido na sua lógica linear de produção, de meios de acção e de instituições projectivas e irreversíveis, e não numa lógica de humanização, produtora de novos modos de vida na matriz do desenvolvimento social e cultural.

Um dos grandes desafios às sociedade africanas parece residir na conjunção da interiorização da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade autóctone e a cultura local, com

a criação de novas solidariedades a nível da participação, cooperação e co-produção que assegurem uma repartição do produto obtido regionalmente entre os países desenvolvidos com capacidade técnica e financeira e os países em vias de desenvolvimento com matérias primas, mão-de-obra e consumo secundário. É de salientar a importância fundamental do "capital humano", não obstante o efeito de "*brain-drain*" de alguns países em vias de desenvolvimento. A este propósito, refira-se a importância da conjunção da adequação da ciência e tecnologia como uma solução para o sub-desenvolvimento, analisada no livro "*Pan-Africanism: Politics, Economy and Social Change in the Twenty-first Century*", editado por Abdul Raheem. Esta conjunção é por vezes harmónica e consensual, mas, na maioria dos casos, é conflitual e dialéctica. Na verdade, se na concepção tradicional do desenvolvimento os diferentes sectores da vida social e da vida cultural estavam assentes num sistema central e hierarquizado de valores, organizado à volta de um valor dominante que dava a sua legitimidade axiológica aos valores específicos, na concepção moderna, ao contrário, o centro único e integrante foi substituído por centros múltiplos, compósitos e efémeros, em que as fracturas sociais são cada vez mais desestruturantes, e em que é evidente a subjugação das identidades culturais às leis do mercado. Hoje, o mundo é caracterizado por identidades individuais, cada vez mais transculturais, ou seja marcadas pela globalização complexa, múltipla e fluída.

A racionalidade tecnológica constitui uma relação conflitual, tanto a nível económico, porque só existe em função do capital entendido como conjunto integrado dos meios de produção, e em função do lucro, como a nível social, porque estabelece uma ligação entre os que dispõem destes meios tecnológicos e os que os executam e que deles dependem para a subvenção das suas necessidades. Neste processo, a racionalidade e a irracionalidade cruzam-se: a procura do lucro é racional, mas escapa ao controlo da acção humana. Além disso, as condições são sempre impostas pelo poderio económico. Os países em vias de desenvolvimento são constrangidos a adoptar o modelo de crescimento que lhes é imposto do exterior, sob pena de serem ainda mais marginalizados. Paradigmático é o caso dos países que utilizam a maior parte da tecnologia e da riqueza que acumulam para aumentar e aperfeiçoar o poderio militar, com a acentuada estagnação do nível de vida das populações. Para esta estagnação, muito contribui também a insuficiência da procura interna e o "*efeito - demonstração*" que consiste na imitação do consumo dos países mais desenvolvidos

por parte das classes privilegiadas dos países em vias de desenvolvimento e que não poupam e gastam em bens sumptuários.

1.2. Efeitos perversos de uma concepção desenvolvimentista de matriz ocidental.

A aplicação indiscriminada de novas tecnologias e do "*imperialismo da racionalidade económica*" induz várias distorções. Uma primeira distorção verifica-se quando são adoptadas mudanças tecnológicas muito rápidas, acompanhadas de súbitas explosões demográficas e urbanas que induzem efeitos de dessocialização, perda de identidade cultural, ruptura do equilíbrio da relação política face aos grupos de referência. Nesta concepção etnocêntrica de desenvolvimento, as mutações sociais seriam consequência das mutações técnicas. Trata-se, na maior parte das vezes, de mudanças rápidas que não deixam tempo necessário para assimilar os elementos exógenos, que continuam a ser corpos estranhos ao funcionamento plural da sociedade.

Uma outra distorção está relacionada com os programas de industrialização e da tecnologia que, privilegiando o poderio político e o lucro capitalista, induzem atrasos cada vez maiores nas zonas rurais. O mercado externo torna-se prioritário e quase exclusivo, sem ser contrabalançado pelo mercado interno. O hiper-luxo ostentatório confronta-se com o espectáculo da miséria. Os processos mais arcaicos, nem sempre os menos eficazes, coexistem com as técnicas mais avançadas. Os "*Programas de ajustamento estrutural*" revelam, também eles, distorções. A questão é saber se o ajustamento estrutural será o mais apropriado pacote de reformas económicas para todos os países africanos ou se deve ser apenas o último de uma longa linha de planos de desenvolvimento.

Uma terceira distorção verifica-se a nível do sistema cultural. Assiste-se ao predomínio de uma franja de ultra-privilegiados, constituída por quadros superiores governamentais ou do sector privado e formada por uma minoria demográfica, constituindo uma maioria sociológica, acentuando-se assim a desestruturação do tecido social e a divisão conflituosa das posições sociais. O modelo actual das estratégias de integração em África, de controlo e utilização de recursos não marginalizará ainda mais os pobres, não aumentará ainda mais a degradação dos recursos, provocando a resistência das populações?

2. Identidades étnicas e culturais e suas representações

2.1. Identidades, Poderes e Etnicidades

O exame científico dos conceitos e da terminologia é necessário a três níveis: a nível das utilizações sociais; a nível da sua clarificação para fins científicos; e a nível das representações ou seja, das auto--imagens e das imagens veiculadas pelos grupos maioritários.

O pensamento de Durkheim a este propósito, na sua obra clássica *As formas elementares da vida religiosa*, é significativo, ao dizer que uma sociedade não é constituída apenas pelo conjunto de indivíduos que a compõem, pelo território que ocupam, pelas coisas que utilizam, pelos actos que realizam, mas acima de tudo pela ideia que tem de si própria. Este pensamento serve de mote à minha análise e ao empenho que me orienta: determinar os códigos, os processos e as situações que servem de base à produção da auto-imagem colectiva que qualquer sociedade enaltece como uma representação cultural definida, produzida por um grupo de indivíduos.

A visão substantivista clássica da antropologia e da sociologia, associadas a determinadas correntes a-históricas, como o evolucionismo, o funcionalismo, o estruturalismo e o culturalismo, entre outras, bem como a ideologia e a acção da administração colonial, fazendo de cada etnia uma entidade dotada de uma cultura, de uma língua e de comportamentos específicos, dominaram os estudos africanistas até aos anos 60.

Uma longa tradição de estudos africanistas identificou-se com o estudo das etnias. Muitas interpretações dos fenómenos políticos da África contemporânea integraram a etnia num esquema simplista e cómodo, tal como "Estados nacionais em construção", tendo reduzido as posições internas a lutas tribais. Como será visto adiante, o tribalismo é aqui concebido como a expressão política da etnia. Depois da Segunda Guerra Mundial, a "Escola Africanista", assim chamada, reivindicou a independência política das colónias africanas para que pudessem entrar na "zona de influência americana" - a política hegemónica da "*pax* americana". O programa desta escola (a tendência puramente intelectual em universidades africanas e americanas especializadas em estudos africanos) podia resumir-se na expressão "construção nacional", no sentido de construção dos Estados, o que na realidade equivalia à instauração de burguesias africanas fortes; essa construção nacional compreendia um projecto a realizar conjun-

tamente com as antigas potências coloniais.

Mais recentemente, porém, os africanistas Jean-Loup Amselle e Elikia M'Bokolo mostraram que algumas etnias supostas tradicionais eram criações coloniais. A cristalização de etnias reenvia depois a processos de dominação política, económica ou ideológica de um grupo por outro.

O debate, que não é meramente teórico, sobre a etnia, a etnicidade, o tribalismo é necessário. Primeiro, porque as identidades culturais não são rígidas nem imutáveis; elas são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. É necessário conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. A resposta com êxito à questão da identidade traduz-se sempre numa reinterpretação fundadora que converte o défice de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta. Fá-lo, instaurando um começo radical que combina o individual e o colectivo, o "nós" e os "outros", as identidades e as alteridades, a tradição e a modernidade. Segundo, porque todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial: a "diversidade tribal" serve de argumento para recusar o pluralismo político com o pretexto que este não seria mais do que uma expressão daquela. Ainda hoje, o discurso etnicista, mantido pelas classes dirigentes de alguns estados neo-coloniais e por alguns meios de comunicação social ocidentais, serve para desqualificar e minimizar os movimentos sociais de revolta.

A etnicidade em África é um fenómeno complexo, caracterizado pelo etnocentrismo, pela consciência comum e pela identidade e exclusividade. Há que analisar a "capacidade de sobrevivência" da esmagadora maioria da população; as classes desfavorecidas e as relações que estabelecem com esse objectivo; e o efeito da natureza das organizações sócio-económicas e políticas da sociedade nessas relações, muitas vezes pervertidas pela subjugação das identidades culturais às leis do mercado.

2.2.Representações sociais e políticas

A cultura de uma sociedade é uma auto-criação. Não sendo nenhuma cultura auto-contida, os seus limites nunca coincidem com os limites do Estado; por isso mesmo, a cultura tem aberturas específi-

cas e interpenetrações com outras culturas.

As novas-velhas identidades culturais são construídas sobre a representação greco-romana da tensão "*demos*" e "*ethnos*". "*Demos*" era a comunidade dos cidadãos política e juridicamente qualificada duma "*polis*" que dominava sobre si própria e sobre os estratos inferiores não qualificados (escravos, estrangeiros e metecos; estes eram estrangeiros forasteiros que tinham autorização para residir em Atenas sem, no entanto, gozaram dos mesmos direitos dos atenienses); o "*demos*" das cidades gregas opunha-se aos "*ethnoi*" dos estados tribais vizinhos. Também o "*populus*" romano opunha-se às "*gentes*" e "*nationes*" existentes dentro ou fora do império. Mais tarde, "etnia" emerge em oposição aos estados ditos "civilizados" do ocidente. A sua emergência corresponde às exigências do enquadramento administrativo e ideológico da colonização, permitindo dividir populações conquistadas, fechando-as em definições territoriais e culturais unívocas.

É necessário descodificar a tendência para a reificação dos conceitos de etnia e etnicidade. O conceito de etnia é, nomeadamente, uma categoria de nomeação e de classificação, cuja continuidade depende duma fronteira e duma codificação constantemente renovada das diferenças culturais entre grupos vizinhos. Esse conceito pode aplicar-se a conteúdos sociais muito heterogéneos.

Em estudos feitos nos domínios da antropologia e sociologia africanas, salientei, por várias vezes, que as etnias são "significantes flutuantes", ou seja, uma categoria de análise, um conceito dinâmico que permite compreender uma realidade social em mutação. Trata-se de realidades fluídas, em movimento: ninguém é exclusivamente membro de uma etnia: os indivíduos, assim como os grupos sociais são, ou deixam de ser, membros de uma certa etnia, segundo o espaço e o tempo. As formas de organização social da África pré-colonial estão associadas a processos constantes de composição, decomposição e recomposição que se desenvolvem num determinado espaço e que fundamentam a consciência de pertença e de identidade individual ou de identificação colectiva. A colonização cristalizou num território fixo e rígido estas identidades individuais e estas identificações colectivas, dando lugar a uma série de "safaris ideológicos" que todos nós conhecemos. A cristalização de etnias reenvia a processos de dominação política, económica e ideológica de um grupo em relação a outro.

O tribalismo, entendido como a expressão política da etnia, ocupou um lugar importante na ideologia racista do colonialismo. O termo "tribo" designa, em primeiro lugar, as divisões internas da

república romana, ou seja, divisões políticas dentro de um país homogéneo do ponto de vista cultural.

O tribalismo, quando na terminologia corrente designa a solidariedade do grupo étnico ou linguístico, pode ser substituído pelo termo etnocentrismo. No período colonial, o tribalismo identificou-se com a manipulação do sentimento étnico para fins políticos.

Importa não confundir tribalismo e a legítima reivindicação cultural, étnica ou regional, base da cultura nacional. Há duas espécies de tribalismo: o "tribalismo das massas" e o "tribalismo político". O primeiro é naturalmente reaccional, sentimental, por instinto de conservação, reflexo da auto-defesa, recusa e, por vezes, agressão do outro. Este tribalismo pode ser atenuado e mesmo desaparecer, com o tempo, na condição porém de deixar de ser manipulado pelo "tribalismo político", praticado pelos detentores do poder ou por aqueles que a ele aspiram.

O tribalismo apresenta-se como um conjunto de práticas erigidas em métodos de governação consistindo em utilizar, de forma sistemática para fins políticos, as solidariedades tribais, os antagonismos e preconceitos tribais e a consciência de pertencer a uma tribo determinada.

As práticas políticas, em vez de contribuirem para a formação da consciência nacional, desenvolvem e consolidam preconceitos tribais e o sentimento dos cidadãos de pertencerem mais a uma tribo, a uma região do que a uma classe ou nação. A cristalização do tribalismo, associado a diferenças culturais consideradas fundamentais e antagónicas no plano histórico, linguístico, psicológico, constitui o princípio do fracasso do projecto de conscientização e de valorização da identidade cultural africana. O estado colonial, na sua política de dividir para reinar, fez tudo por impedir a emergência de uma consciência nacional, reforçando a ideia de uma personalidade colectiva dos territórios coloniais.

Qual será a personalidade colectiva nacional africana nos limites artificiais de fronteiras, herdados da dominação colonial? As fronteiras coloniais tornaram-se, após cerca de 40/50 anos de independência, as fronteiras nacionais artificiais de Estados. Questioná-las hoje em dia, para as modificar, reequacionando, assim, o problema das fronteiras e do Estado, será a solução adequada?

Quanto às problemáticas políticas de identidade cultural, é necessário insistir, uma vez mais, na necessidade da reavaliação crítica do conceito de etnicidade. Por um lado, a complexidade das dife-

rentes modalidades articuladas ao sistema de poder político como um recurso social mobilizador das problemáticas políticas: construção e reconstrução política; por outro lado, trata-se epistemologicamente de uma "construção" como processo colonial de classificação de identidades. A tribo pode ser definida como uma comunidade dotada de uma solidariedade biológica, suficiente para conferir aos membros uma identidade oposta a outras identidades, no interior de um vasto conjunto chamado estado. A tribo não se define necessariamente por uma língua, um território ou uma religião, mas principalmente pelo cimento da pertença histórica que vincula o grupo para o pior e para o melhor na vida, mesmo em situações de dispersão e de diáspora.

Os conceitos de tribalismo e de etnicidade cristalizam a percepção da diversidade cultural, ao mesmo tempo que pretendem rentabilizá-los politicamente para a minimização dos conflitos sociais e/ou políticos, como veremos adiante.

3. A gestão política da heterogeneidade étnica e cultural: desafios da democratização

3.1. Ambivalência étnica e ambiguidade do Estado: processos de democratização

As democracias modernas foram construídas através da conquista, por meio de um processo de guerras e reivindicações, pela autonomia do indivíduo em relação à lógica da estruturação racional da sociedade. Este movimento fundamental da luta pela democracia constituiu-se através do reconhecimento da liberdade de opinião e de imprensa, do direito de associação e do direito dos partidos políticos e finalmente da definição dos direitos do Homem.

O discurso social acerca da noção de etnia é o discurso das bases sociais, a partir das quais se elaboram e se justificam as estratégias individuais e colectivas da conquista pelo poder. O discurso sobre o enquistamento das identidades nacionais caracterizou os fundamentos das ideologias fascistas. A ausência do neo-colonialismo hegemónico português provocou uma luta aberta entre vários neo-colonialismos que levou Angola e Moçambique a uma guerra longa e devastadora. No pós-guerra, o colonialismo português, isolado ideologicamente, manteve-se porque, como país semi-periférico, garantiu aos países do centro o acesso à exploração dos recursos naturais das colónias, conservando uma vasta região de África sob controlo políti-

co pró-ocidental, fora do afrontamento este-oeste e servindo de escudo à África do Sul. Em África, a independência dos cinco países de língua oficial portuguesa teve lugar no decurso das grandes transformações na sociedade portuguesa com a revolução do 25 de Abril. Estes dois fenómenos ficaram para sempre associados, na medida em que a guerra colonial, a luta dos movimentos de libertação contra o colonialismo, os apoios obtidos entre as elites culturais políticas e militares portuguesas, a par do isolamento internacional de Portugal, foram decisivos para a eclosão da revolução e para a transição democrática.

A estruturação local da "questão étnica" e das suas representações resulta das sequelas duma delimitação colonial absurda que afectou os equilíbrios demográficos e culturais locais. As populações Bakongo, por exemplo, estão hoje divididas entre Angola, o Congo-Kinshasa e o Congo-Brazzaville.

Quanto às problemáticas relacionadas com o Estado convém, desde já, sublinhar o carácter relativo dos diversos tipos de explicação sobre a formação do Estado, isto é de um aparelho centralizado e hierarquizado dominando o conjunto dum território. O que interessa, a meu ver, é analisar as formas e o funcionamento do Estado, e já não a questão da sua formação.

O Estado é fundamentalmente uma entidade ambígua. Para além de factores ecológicos, económicos, tecnológicos e sociológicos, é necessário ter em conta os factores religiosos e ideológicos. O poder do Estado, sobretudo nas suas formas mais arcaicas, apoia-se no poder mágico e/ou religioso, confundindo-se com o mesmo. Os factores mágicos e/ou religiosos, tais como a complexidade dos rituais e os elementos simbólicos e ideológicos, a sacralização do soberano, os ritos de intronização, os interditos ligados à pessoa do soberano, a associação às forças cósmicas e aos poderes sobrenaturais, entre outros, são reguladores de um excesso de poder no interior da sociedade. Assim se explica a dominação de um grupo minoritário que se apresenta como uma racionalidade transcendente e como um núcleo permanente de acumulação do poder.

***

Citarei alguns exemplos que me parecem paradigmáticos da ambivalência étnica e da ambiguidade do Estado.

1.Ruanda e Burundi. Tem sido característica dominante o

enquistamento étnico de uma classe política, de uma elite social, que se bipolarizou segundo uma linha de afrontamento, quer de auto-defesa Tutsi, quer de reviravolta Hutu, e que, dividida segundo pertenças étnicas ou territoriais, criou as políticas do clientelismo. Os grupos Tutsis, tidos como hamitas, pastores do Norte, e os grupos Hutus, agricultores bantus, não sendo etnias propriamente ditas, caracterizadas geografica, linguistica e historicamente, conduziram, no entanto, a políticas de exclusão, fomentadas pelos regimes coloniais alemão e belga. Os Tutsis, que representavam cerca de um décimo da população, eram os dominadores; os seus quadros eram formados pelas escolas coloniais que apresentavam a imagem do Tutsi instruído, bem apresentado, oposto ao Hutu, analfabeto e mal vestido. Explorava-se, assim, o mito das origens egípcias e da dita superioridade hamítica para justificar o poder da aristocracia Tutsi ruandesa. Em 1972, a tomada do poder político pela maioria Hutu, no Burundi, provocou represálias violentas da parte das minorias dirigentes Tutsis e em seguida a maioria dirigente Hutu do Ruanda desencadeou uma espiral de violência étnica contra os Tutsi do Burundi. E os factos vão-se repetindo, embora noutros contextos e com outras acentuações.

2.Congo-Brazzaville. A política étnica foi associada, de forma recorrente, às rivalidades entre os três povos: os Mbochi, ao Norte, os Bakongo, ao Sul no eixo Brazzaville-Ponta Negra e no Sudoeste atlântico, e os Teke dos planaltos. A colonização, com as divisões territoriais artificiais, acentuou a conflitualidade geo-étnica e o clientelismo dicotómico das identidades culturais, opondo o Norte, menos desenvolvido e dominado, ao Sul, mais desenvolvido e dominador. Após a independência, as lutas pelo poder sucedem-se em termos de equilíbrio ou de alternância da conquista pelo poder entre Norte e Sul.

3.Angola. Os principais movimentos de libertação são os seguintes: o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), de etnia Mbundo e língua Quimbundo dominante em Luanda, Kwanza-Norte, Malange e regiões adjacentes; a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), de etnia Bakongo e língua Kikongo, dominante no Norte; e a UNITA (União Nacional para a Indepêndencia Total de Angola) de etnia Ovimbundo e língua Umbumdo, maioritária no planalto central e no Sul. Nas vésperas da independência, consumou-se a tripolarização, pela competição violenta entre estes três movimentos de libertação recrutados com base étnica ou regional: os Qimbumdo, os Bakongo e os Ovimbundo, culminando nas convulsões étnicas em 1975 antes da independência. A chegada do MPLA ao

poder coincide com o afastamento dos Bakongo e dos Ovimbundo. Consolidava-se, assim, o confronto entre a corrente da "revolução" e das elites intelectuais e a corrente tribalista.

A diversidade das crises políticas aqui evocada revela algumas problemáticas da questão étnica em Angola. Os três grandes grupos étnicos não só não esgotam a afirmação das identidades culturais dos diferentes povos de Angola, mas eles mesmos são problemáticos e revelam a fluidez das linhas de divisão num território definido pelas potências colonizadoras no Tratado de Berlim. Refiram-se, entre outros, os Yaka e os Lunda, de Angola e do Congo-Kinshasa, e os Ovambo, de Angola e da Namíbia.

Os Bakongo, no antigo reino do Congo, estiveram na encruzilhada de diversas correntes migratórias da costa atlântica e do "*hinterland*". Cruzaram-se características de unidade e de diversidade. A estruturação sócio-política fez-se através do parentesco e das alianças que constituem as estratégias das identidades individuais e das identificações colectivas. Na sociedade segmentárias coloca-se constantemente aos grupos o problema de se definirem antes de mais em relação a si próprio e depois de se identificarem em relação aos outros.

Este processo é o mecanismo normal resultante dos fenómenos migratórios e da assimilação progressiva de grupos heterogéneos, constituindo, no princípio, grupos de descendência matrilinear, mas articulados, mais tarde, entre si localmente por meio de relações patrilaterais, assegurando assim a coerência interna do equilíbrio político tradicional.

Trata-se de um processo constante de ajustamento interno aos factores de compressões ecológicas, demográficas, económicas e políticas ou de ambições pessoais. A organização da vida faz-se em termos de relações patrilaterais e de alianças, a fim de que as ambiguidades de estatuto, definidas em termos de descendência clânica, possam ser acomodadas, de modo a assegurar a legitimidade de residência num novo "*dominium*" e o seu usufruto.

A segmentação e a formação de um novo grupo constituem, assim, um meio de evitar o monolitismo social, o domínio da matrilinhagem sobre os indivíduos, e de interditar a emergência de um poder individualizado e fora da vida quotidiana e do poder doméstico, permitindo à sociedade viver sem conflitos desestruturantes.

O fenómeno político tradicional apresenta-se como um processo de regulação e de acção colectiva na sociedade global: um processo

que define e coordena as oposições e a cooperação numa sociedade; compreende o controlo das instituições e da sociedade global, e não apenas as relações de poder consideradas isoladamente. O social, o político e o simbólico não se dissociam no poder.

Os modelos de organização política, as novas ideologias e os novos códigos de racionalidade e de legitimação, veiculados pelo poder colonial desarticularam as simbolizações das estruturas sociais, políticas e religiosas, e distorceram a estrutura da sociedade matrilinear, subvertendo as relações entre o poder doméstico, colectivo, de linhagem e o poder político, individual, estatal. Entra-se num sistema político formal e monolítico, com a autonomia do político em relação ao social, com a emergência do poder individualizado e centralizado, à margem da vida quotidiana e do regime doméstico e de linhagem, com a separação entre o soberano e o povo e com a ruptura das relações políticas do equilíbrio tradicional entre a matrilinhagem e a linhagem patrilocal.

Se a nova territorialização dada aos "*dominia*" tradicionais agravou os litígios da posse fundiária, isto deveu-se não só à introdução de um novo sistema económico, mas também à distorção das relações sócio-políticas, pela subversão dos dois valores complementares da terra: o poder sagrado e os valores simbólicos dos espíritos tutelares da terra.

Seguem-se períodos de lutas constantes pelo poder. Aos períodos de concentração do poder corresponde uma hierarquização do soberano e dos seus dignitários, uma estratificação social e uma territorialização, enquanto que aos períodos de poder relativamente difuso corresponde o retorno ao poder doméstico e de linhagem.

O movimento de Kimpa Vita tentou pôr fim às guerras constantes pelo poder procurando fundamentar e construir uma nova identidade cultural por oposição à cultura dos colonizadores. A simbolização dos rituais cristãos foi feita por Kimpa Vita, uma jovem Mukongo que quis restaurar o reino do Kongo em princípios do séc. XVIII, após o fracasso do modelo de organização política colonial (concentração do poder nas mãos dos grupos patrilaterais): tensão entre o sistema de linhagem e o sistema de organização estatal. Como reacção aos modelos de estruturação sócio-política trazidos pelos portugueses, o movimento do antonionismo e os messianismos Bakongo que se seguiram contribuíram para a reafirmação da identidade cultural e étnica Bakongo. A ABAKO (Associação dos Bakongo) fundada em 1950, foi associada aos movimentos messiânicos do Kimbanguismo e

do Matsouanismo, e fundamentou-se na unidade cultural e linguística e na história comum (o reino do Kongo). Uma e outra fortemente valorizada para sugerir e para reivindicar a constituição de um "Estado nacional Kongo".

A este propósito, é de salientar uma diferença importante, a meu ver, entre o reino do Kongo e o império Lunda. No primeiro caso, o antigo reino do Kongo havia realizado uma unidade cultural adiantada sem equivalente. No segundo caso, o império Lunda privilegiou a integração política e económica de um espaço pluriétnico e a política dos chefes Lunda inscreveu-se, geralmente, na lógica da colonização. Os movimentos Bakongo, conduzidos pela pequena burguesia intelectual, conseguiram, sem grandes dificuldades, mobilizar todas as classes e categorias da sociedade Kongo, tendo-se imposto como reacção plena à colonização.

A persistência das políticas e dos conflitos étnicos um pouco em toda a parte em África tem vindo a dificultar o processo de democratização. Os apelos aos sentimentos étnicos são uma forma de manipulação das eleições e de acesso fácil ao poder. Donde, o ressurgimento da etnicidade, a sua politização e o recurso aos poderes governamentais para promover a concorrência sócio-económica interétnica, bem como a subjugação das identidades culturais às leis do mercado.

Estas são algumas dinâmicas sócio-políticas das relações entre processos de identificações e reivindicações étnicas da autoridade e do poder difuso e estruturas políticas de concentração do poder sob a forma de Estado.

3.2. A gestão política da heterogeneidade étnica e cultural.

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são sempre processos de identificação em curso e constituem uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades. A cultura é uma auto-criação: são "significantes flutuantes", ou categorias de análise da realidade social em mutação.

Todos os sistemas de dominação em África exploraram e manipularam as pertenças étnicas, interiorizando os estereótipos da etnologia colonial. A questão étnica aparece de forma quase obsessional nos debates sobre a África contemporânea. As referências étnicas não se reduzem a mapas de identidade de origem colonial. Elas intervêm nos jogos políticos actuais.

Importa reflectir sobre o papel das instituições do Estado e o papel da sociedade civil na construção da liberalização política e da cultura democrática. Nesta reflexão, duas questões parecem-me fundamentais. A primeira está relacionada com a construção da democracia: como levar a democracia ao desenvolvimento económico? A democracia é, sem dúvida, um conceito polémico. Não se trata necessariamente de formas de democracia liberal, de matriz ocidental. A este propósito, haverá que distinguir entre países como o Botswana e a África do Sul, onde formas de democracia liberal se estão a desenvolver, e países como Angola, Nigéria e Gabão, ricos em petróleo e minerais, que poderão resistir à democratização. A segunda questão refere-se ao papel das "estratégias identitárias" nos projectos colectivos dos processos pró-democráticos: como promover novas sociabilidades associadas à permeabilidade de diferentes culturas e etnias? Creio que a resposta deve encontrar-se no reforço das solidariedades horizontais, enriquecendo as componentes da sociedade civil. Assim, torna-se necessária a dissociação das identidades étnicas em relação ao poder político. A democracia exige que as fronteiras do grupos étnicos sejam, o mais possível, fluídas; caso contrário, poderá surgir o perigo do etno-nacionalismo. Quanto mais centralizada for a definição de pertença de um grupo étnico, menos esse grupo étnico se torna democrático. O etno-nacionalismo surge assim como um instrumento nas mãos de elites intelectuais e dos Estados.

O surto do desenvolvimento urbano das cidades em África mostra a emergência de uma nova lógica. Nos próximos vinte anos, metade da população, segundo as estatísticas, viverá nas cidades que, por natureza, são pluri-étnicas, o que provocará uma redução da expressão política da etnicidade.

Há que distinguir, por um lado, entre "grupos pequenos", em que não há, em princípio, competição pelo poder político e, frequentemente, aceitam a legitimidade do Estado e o respeito pelos outros grupos, e que revelam os diferentes níveis da democracia na mesma sociedade; e, por outro lado, os "grupos grandes" que são manipulados pelos poderes políticos e culturais. Trata-se de grupos com poderes únicos, com lógicas e ambições hegemónicas, em que é evidente a ausência de espaço público de informação e de comunicação ou dotados de informações duplas e parciais, bem como a inexistência de embriões de sociedade civil autónoma.

A este propósito são paradigmáticos os casos do MPLA e da UNITA que continuam, hoje mais do que ontem, a consolidar as lógi-

cas de guerra com todas as consequências mais dramáticas que conhecemos, e a explorar as contradições das lutas hegemónicas pelo poder económico, político e étnico.

Nos países onde os governos se recusam a reconhecer os direitos dos cidadãos, geram-se movimentos sociais e populares como formas de resistência aos poderes hegemónicos, criando novas formas de democracia, nascidas do interior e não impostas de fora. Nestas condições, o agravamento da crise social é inevitável, provocando retornos e enquistamentos identitários e, consequentemente, a decomposição do Estado.

O pluralismo estabilizado parece ser condição necessária, embora não suficiente, da democracia e da reconstrução do Estado.

Bibliografia

ABÉLÈS, M., *Anthropologie de l'État*, Paris, A. Colin, 1990.

AMSELLE, J. L. e M'BOKOLO, E. (dirs.), *Au coeur de l'éthnie: éthnies, tribalisme et état en Áfrique*, Paris, La Découverte, 1985.

ANDERSON, B., *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1990.

BADIE, B., *L'État importé. L'occidentalisation de l'ordre politique*, Paris, Fayard, 1992.

BARTH, F. (ed), *Ethnic groups and boundaries. The social organization of culture difference*, Londres, G. Allen e Unwin, 1969.

BAYART, J. F., "L'état", in COULON, C. e MARTIN, D. (dirs.), *Les Afriques politiques*, Paris, La Découverte, 1991.

CHABAL, P., *Power in Africa*, Londres, Macmillan, 1994;

The transition to multi-party politics in Lusophone Africa. Problems and prospects, in «Lusotopie», 1996, 57-69.

CHRETIEN, J.-P. e PRUNIER, G., *Les ethnies ont une histoire*, Paris, Karthala, 1989.

COULON, C. e MARTIN, D. (eds.), *Les Afriques Politiques*, Paris, La Découverte, 1991.

DE VOS, G. e ROMANUCCI-ROSS, L. (eds), *Ethnic Identity. Cultural Continuities and Change*, Mayfield, Palo Alto, 1975.

ELLIS, S. (ed.) *Africa Now. People, Policies, Institutions*, Londres, Heineman & James Currey, 1996.

EPSTEIN, A.H., *Ethos and Identity. Three Studies in Ethnicity*, Londres, Tavistock, 1978.

GARDNER, K. e LEWIS, D., *Anthropology, Development and the Post-modern Challenge*, Londres, Pluto Press, 1996.

GLAZER, N. e MOYNIHAN, D. (eds), *Ethnicity. Theory and Experience*, Cambridge, Harvard University Press, 1975.

GONÇALVES, A.C., *La symbolisation politique, Munchen/ London*, Weltforum Verlag,1980;

Kongo. Le Lignage contre l'État, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.

GOSSELIN, G. e OSSEBI, H., *Les sociétés pluriculturelles*, Paris, L'Harmattan, 1994

GUIBERNAU, M. e REX, J. (eds.), *The Ethnicity Reader, Nationalism, Multiculturalism and Migration*, Oxford, Blackwell Publishers, 1997.

HAYNES, J., *Democracy and Civil Society in the Third World*, Sussex, Berg Plubishers, 1997.

LLOBERA, J., *The Gof of Modernity. The Development of Nationalism in Western Europe*, Oxford, Berg, 1994.

MAZRUI, A. e TIDY, M., *Nationalism and New States in Africa*, Oxford, Heinemann, 1989.

MC CREADY, W. (ed), *Culture, Ethnicity and Identity. Currents Issues in Research*, Londres, Academic Press, 1983.

MÉDARD, J.-F. (org.), *États d'Áfrique Noire, Formations, mécanismes et crise*, Paris, Karthala, 1991.

MUHLMANN, W., *Messianismes révolutionnaires du Tiers-Monde*, Paris, Gallimard, 1968.

RAHEEM, A. (ed.), *Pan-Africanism: Politics Economy and Social Change in the Twenty-first Century*, Londres, Pluto Press, 1996.

ROBERSON, A. F., *People and the state. An anthropology of planned development*, Cambridge University Press, 1984.

SARUP, M., *Identity, Culture and The Postmodern World*, Edimburgo, Edinburgh University Press, 1996.

STAVENHAGEN, R., *The Ethnic question: conflict, development and human rights*, United Nations University Press, 1990.

TAYLOR, C., *Multi-Culturalism and The Politics of Recognition*, Princeton, Princeton University Press, 1992.

WALLERSTEIN, I. e BALIBAR, E., *Race, Nation, Class: Ambiguous identities*, Londres, Verso, 1991.